



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

**AS ENTIDADES DA
BIBLIOTECONOMIA:
uma tentativa de globalização e uma
iniciativa de intervenção política**

Justino Alves Lima

Ensaio APB, n. 44

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

**AS ENTIDADES DA
BIBLIOTECONOMIA:
uma tentativa de globalização e uma
iniciativa de intervenção política**

Justino Alves Lima

Ensaio APB, n. 44

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

**AS ENTIDADES DA BIBLIOTECONOMIA:
uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política**

Justino Alves Lima

Ensaio APB, n. 44

**São Paulo
Julho
1997**

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

- MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994. (Ensaio APB, 1)
- MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994. (Ensaio APB, 2)
- TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infante-Juvenil. 1994. (Ensaio APB, 3)
- MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994. (Ensaio APB, 4)
- OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994. (Ensaio APB, 5)
- BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994. (Ensaio APB, 6)
- DIAS, Maria Cristina Santarém et al. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994. (Ensaio APB, 7)
- FERREIRA, Marta Nosé et al. Projeto "Soma". 1994. (Ensaio APB, 8)
- LARROUDE, Rita Luisa et al. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994. (Ensaio APB, 9)
- SILVA, Helen de Castro et al. Um espaço para a Fantasia. 1994. (Ensaio APB, 10)
- TOMAZELLI, Angela M. et al. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994. (Ensaio APB, 11)
- RIVA, Eliane Barbosa et al. Terceira Idade: programa integrado. 1994. (Ensaio APB, 12)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994. (Ensaio APB, 13)
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 1995. (Ensaio APB, 14)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 1995. (Ensaio APB, 15)
- VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 1995. (Ensaio APB, 16)
- CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Ibiçara - PR. Abr. 1995. (Ensaio APB, 17)
- LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 1995. (Ensaio APB, 18)
- MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 1995. (Ensaio APB, 19)
- CÔRTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 1995. (Ensaio APB, 20)
- FUJINO, Asa. A gestão da informação no processo de cooperação universidade-empresa: uma visão crítica. Ago. 1995. (Ensaio APB, 21)
- FARIA, Ivete Pieruccini. Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país. Set. 1995. (Ensaio APB, 22)
- SMIT, Johanna. Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas. Out. 1995. (Ensaio APB, 23)
- SILVA, Antonio Manoel dos Santos, ALMEIDA, Glaura Maria Oliveira Barbosa de, BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O Plano de Gestão da Qualidade e sua implantação na rede de bibliotecas da UNESP: relato de uma experiência. Nov. 1995. (Ensaio APB, 24)
- VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Gestão da Qualidade e Bibliotecas Públicas: o difícil caminho para as instituições brasileiras. Dez. 1995. (Ensaio APB, 25)
- LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte I. Degradação dos materiais. Jan. 1996. (Ensaio APB, 26)
- LANE, Sandra S., VAL, Marta R. S. Ribeiro do. Preservação de acervos de bibliotecas: Parte II. Um modelo de programa local. Fev. 1996. (Ensaio APB, 27)
- SOUZA, Marta Alves de. Internet: a rede global. Mar. 1996. (Ensaio APB, 28)
- MODESTO, Fernando. Combate ao vírus de computador na biblioteca. Abr. 1996. (Ensaio APB, 29)
- BARTALO, Linete et al. A importância da leitura na formação do professor. Maio. 1996. (Ensaio APB, 30)
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Sociedade de informação: espaço da palavra onde o silêncio mora? Jun. 1996. (Ensaio APB, 31)
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Legislação profissional do bibliotecário. Jul. 1996. (Ensaio APB, 32)
- MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Abordagem qualitativa de pesquisa em biblioteconomia: uma introdução. Ago. 1996. (Ensaio APB, 33)
- MARCHIORI, Patrícia Zeni. Eram os deuses astronautas? ou São os bibliotecários, profissionais da informação? Set. 1996. (Ensaio APB, 34)
- FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 1. Out. 1996. (Ensaio APB, 35)
- FERREIRA, Sueli Mara S. P., KROEFF, Márcia S. Referências bibliográficas de documentos eletrônicos: vol. 2. Nov. 1996. (Ensaio APB, 36)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Roubo, depredação de materiais e campanhas educativas em bibliotecas: proposta de um modelo de avaliação. Dez. 1996. (Ensaio APB, 37)
- SOUZA, Francisco das Chagas de. O bibliotecário brasileiro e seu humanismo. Jan. 1997. (Ensaio APB, 38)
- LIMA, Justino Alves. Mobilização para uma política de conservação e manutenção de acervos contra o agente biológico humano. Fev. 1997. (Ensaio APB, 39)
- SMIT, Johanna W., MACAMBYRA, Marina M. Tratamento de multimídia. Mar. 1997. (Ensaio APB, 40)
- SANTOS, Jussara Pereira. O ensino de biblioteconomia no Mercosul: propostas de integração e harmonização curricular. Abr. 1997. (Ensaio APB, 41)
- FUJITA, Mariângela Spottli Lopes. Elaboração de tesouros monolíngues com o programa TECER: considerações sobre o uso. Maio 1997. (Ensaio APB, 42)
- BARRETO, Angela Maria. Conversas com quem gosta de informar. Jun. 1997. (Ensaio APB, 43)
- LIMA, Justino Alves. As entidades da biblioteconomia: uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política. Jul. 1997. (Ensaio APB, 44)

AS ENTIDADES DA BIBLIOTECONOMIA: uma tentativa de globalização e uma iniciativa de intervenção política

Justino Alves Lima (*)

INTRODUÇÃO

“Uma das grandes questões do Brasil não é só a má distribuição de renda, mas também a má distribuição da informação”. Essa frase soaria bem dita por um bibliotecário, entretanto é de autoria de uma socióloga (Maria Cristina Costa), dita no fim da década de 80, muito antes de um sociólogo chegar ao poder. Na época, o país atravessava um período difícil socialmente, não muito diferente dos dias atuais. Naquele, como neste momento, as entidades de classes eram necessárias para enfrentar o desequilíbrio social imposto à sociedade.

No concernente à frase que abre o parágrafo acima, neste país desmemoriado, o que se impõe é a trilogia TER-PODER-SABER que perpetua a elite financeira e negligencia e nega a informação, revelando um Estado autoritário. Como contraponto a esse Estado anti-democrático, existe o entendimento de que uma sociedade civil só será fortalecida democraticamente no momento em que as entidades civis se fizerem fortes. Para tanto, os segmentos, quer sociais, quer profissionais, organizam-se e reivindicam. No entanto, essa não é a ordem natural da Biblioteconomia.

Sempre ausente da história, em relação aos acontecimentos sociais, o segmento profissional bibliotecário entronizou-se nas ações técnicas esquecendo das ações sociais. Por três décadas protagonizou um movimento associativo tênue, amoldado a ações flácidas, de impacto zero junto à sociedade. Essa foi a tônica que permitiu à biblioteconomia a condição de amadora frente a outras categorias profissionais.

* Bibliotecário da Universidade Federal de Sergipe.

O movimento associativo brasileiro sempre pautou suas atuações de forma conservadora sem experimentar o papel de vanguarda, sem empreender ações norteadoras de um trabalho profissional comprometido com um calendário político-social. Enquanto os mais variados segmentos de categorias profissionais fortaleceram-se, o segmento bibliotecário agonizou no seu fazer diário. E nesse fazer diário optou pela dedicação ao convencional, pelo aprimoramento das técnicas como forma de preservar um mercado, constituindo uma espécie de reserva auto-delimitada.

Nesse aprimoramento das normas biblioteconômicas, oportunizando aos profissionais o exercício da competência técnica, e descuidando do exercício da consciência social, a Biblioteconomia conviveu passivamente, nessa década de 90, com o fenômeno da globalização. Além disso, não construiu um movimento associativo forte o suficiente para, enquanto classe organizada, intervir politicamente a favor da sociedade.

1 A BIBLIOTECONOMIA E O COMPROMISSO COM O FUTURO

Uma pergunta comum que se faz a universitários ingressos é o porquê dele ter escolhido a biblioteconomia. Uma pergunta constrangedora porque inibe o aluno, uma vez que é público e notório que a Biblioteconomia não atrai pela importância social ou pelo reconhecimento salarial. Restam respostas menos nobres como a baixa concorrência, a maior possibilidade de aprovação, o trampolim para uma transferência de curso, entre outras. O folclore acadêmico encarregou-se de transformar essa pergunta em algo inútil quando surgiu o “curso espera marido”, a mais famosa resposta para a mais insistente pergunta inicial para ingressos.

Na verdade, pouco importa o porquê da escolha, o que importa é que algumas pessoas escolheram o curso de biblioteconomia. Resta sim, trabalhar para que o aluno ingresso se encontre no curso; que encare com naturalidade os encantos (raros) e os desencantos (profusos); que reflita com serenidade quais as expectativas da futura profissão; que considere a necessidade de sedimentar um caminho que leve a todos que fazem a profissão a um lugar de destaque na sociedade.

Para atingir esse lugar de destaque na sociedade, a biblioteconomia terá que atuar, ainda enquanto estágio escolar, reciclando o conceito do profissional. Um bom bibliotecário no cenário da biblioteconomia brasileira é aquele que entende, que é um expert das técnicas; é aquele que aprende a bíblia da biblioteconomia formada por códigos de catalogação e tabelas de classificação. Não se discute a necessidade de tais

instrumentos técnicos, mas foram esses instrumentos que conquistaram, para a biblioteconomia, uma reserva de mercado que funcionou durante muito tempo como um cordão de isolamento contra as novidades que desembarcaram sobre o campo da informação.

Ao se falar em futuro é preciso entender que ele será tanto menos ruim quanto maior for o entendimento da profissão. Nesse aspecto, um fator será decisivo, que cada bibliotecário faça da biblioteconomia a sua política. É preciso que cada um, individualmente, seja um político da profissão convergindo para um coletivo, fazendo das ações políticas de cada bibliotecário uma ação política para a biblioteconomia.

Individualmente, a dedicação à técnica, o entendimento dos mecanismos que ampliam os horizontes da biblioteconomia, direcionando-a a pólos mais avançados da informação, têm ajudado na configuração de uma profissão renovada. Entretanto, isso não a consolida enquanto projeto profissional político-social. Para consumo interno, um bom bibliotecário terá, supostamente, respeito e colocação no mercado de trabalho, o futuro que cada um deseja. No entanto, a própria biblioteconomia precisa modificar esse viés profissional, excelente para a academia, mas impróprio para consumo externo.

O conceito de bibliotecário deverá evoluir em torno de uma proposta profissional em que não importe se ele é um exímio catalogador ou excelente classificador. Persistindo na tradição, tão somente da qualificação técnica, a escola sinaliza para a sociedade a diplomação de um bom bibliotecário. Mas, para um projeto mais amplo, de convivência com a sociedade, é necessária a formação de um bom profissional. E um bom profissional é aquele que consegue aliar a sua competência técnica com a sua consciência social.

O processo de compreensão social é uma necessidade dos dias atuais, já que se torna impossível continuar praticando uma profissão feita por bibliotecários, para bibliotecários e suas bibliotecas. A pertinência dessa compreensão tem um motivo: a globalização da informação.

Descortinam-se então as duas questões emergentes que desafiam o futuro da profissão: a globalização da informação e a organização de classe como forma de intervenção política. E como avançar nessas questões? De duas formas: a primeira, trabalhando internamente para que os atores da biblioteconomia passem a entender a informação como ferramenta político-social; e, a segunda, lutando politicamente para inserir a biblioteconomia na globalização da sociedade. Fundamentalmente, essas duas

formas reformularão o conceito teórico da biblioteconomia e conseqüentemente o conceito social das bibliotecas.

A biblioteconomia apresenta-se comprometida com o passado, mas não de forma irremediável que não possa transformar a sua realidade, aliando a competência da sua técnica com a consciência social dos sus profissionais em busca de um compromisso com o futuro.

2 ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E A TENTATIVA DE GLOBALIZAÇÃO

Pelo que foi exposto no item 1, o futuro da biblioteconomia passa pelo compromisso da adequação à globalização e pela possibilidade de intervir politicamente enquanto organização de classe. Nesse sentido, as Entidades devem adequar-se a essa realidade. No entanto, o movimento associativo bibliotecário brasileiro agoniza. Tal fato ocorre pela existência de um modelo carcomido pelo tempo e por uma estrutura obesa. As associações, aglutinadas em torno de uma Federação, foram construindo suas políticas e ações de forma isolada. Era o não reconhecimento de uma estrutura que nunca conseguiu sinalizar para a base o entendimento do que viria a ser um movimento associativo.

Esse descompasso viria aumentar ao surgirem os Sindicatos, que por força de lei não poderiam estar abrigados na mesma Federação que vinculava as Associações profissionais e não-profissionais. Estavam assim os Sindicatos de bibliotecários soltos no cenário político e profissional brasileiro, sem uma Federação que os abrigasse. Como os sindicatos eram apenas três, a solução seria transformar as Associações em Sindicatos criando uma Federação Nacional de Bibliotecários. Uma outra alternativa, seria estudar a possibilidade da fusão de Entidades numa Associação Nacional.

Se, do ponto de vista do movimento associativo da biblioteconomia, a questão já era delicada, os anos 80 ocasionariam uma preocupação ainda maior: a abertura do mercado de informação. A revolução da informática ocasionou um boom informacional que trouxe para a companhia dos intocáveis bibliotecários e arquivistas várias outras profissões que, alicerçadas na compreensão da desordem e da ordem do computador, começaram a trabalhar com a informação.

Do ponto de vista da técnica, compete às Escolas remodelarem os seus currículos para adequar os ensinamentos, a fim de permitirem aos futuros bibliotecários condição de

competir no mercado de trabalho. Do ponto de vista da engenharia política, compete às Associações buscarem uma saída que não permita que mais uma vez a biblioteconomia fique ausente da história.

Assim, e por entenderem que o modelo do movimento associativo bibliotecário estava condenado ao extermínio, 13 Associações e três Sindicatos insurgiram-se contra a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários - FEBAB, dispostos a criar um novo modelo que integrasse os bibliotecários aos outros profissionais da informação. A insurgência contra a FEBAB baseou-se no mais sólido princípio associativo: o do fortalecimento da categoria.

Entendiam as Associações rebeladas que a finalidade de um movimento associativo que interferisse no processo político não estava sendo atendida pelo estatuto da FEBAB, na medida que o poder de deliberação das Associações estava cerceado pelo acúmulo de poderes do conjunto composto pela Diretoria Executiva e Comissões Permanentes, em detrimento das Associações. A FEBAB era o próprio retrato do dualismo e da ambigüidade, tão característicos da cultura brasileira, o exemplo de um modelo que resistia a influências de mudanças, quando associações de porte como a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - ABDF e a Associação Paulista de Bibliotecários - APB, por exemplo, eram mais conhecidas e aglutinadoras da categoria que a própria Federação.

Em agosto de 1990, numa "Carta aos Bibliotecários", as 13 Associações e os três Sindicatos comunicaram que, em reunião realizada em Brasília, decidiram "pela criação da SAIBA - SOCIEDADE BRASILEIRA DE AGENTES DE INFORMAÇÃO, com a perspectiva de substituir a estrutura associativa estática existente por uma estrutura dinâmica. A pretensa transição do estático para o dinâmico não ocorreu de forma inopinada, mas, sim, do encontro concreto de idéias e pensamentos da corrente dinâmica existente dentro do estaticismo".

A SAIBA tinha um desafio: a busca da concretização de um movimento associativo forte dentro da sociedade. Para tanto, estruturou seu Estatuto, constituindo como objetivos gerais da Entidade:

- a) promover a integração entre os diversos agentes da informação, prestigiando e valorizando as categorias profissionais representadas;
- b) contribuir para que o papel da informação, como bem de consumo e de utilidade pública, seja reforçado na comunidade;

c) incentivar estudos e projetos de interesse associativo e científico, considerando três vertentes básicas: a informação, os profissionais e a sociedade brasileira.

No tocante ao projeto de uma Entidade anti-corporativa, a SAIBA considerou agentes da informação as instituições ou profissionais de qualquer formação, atuantes em qualquer área do conhecimento, que desenvolvessem atividades sistemáticas que caracterizassem a informação.

No tocante ao projeto de uma Entidade política, a SAIBA pretendia atuar junto aos poderes instituídos nos níveis federal, estadual e municipal, fornecendo subsídios para o estabelecimento de políticas de informação. Nesse aspecto pretendia-se que a Entidade interferisse politicamente na sociedade.

Naquele momento, as Entidades do movimento associativo da Biblioteconomia (Associações e Sindicatos) deixaram o anonimato da história e experimentaram a vanguarda dos acontecimentos. Buscavam integrar a profissão aos novos profissionais da informação, antes mesmo da hoje propalada globalização ser falada nos quatro cantos.

3 ASSOCIAÇÃO DE SERGIPE E A INICIATIVA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA

Em Sergipe, a Associação Profissional dos Bibliotecários protagonizou uma ação de intervenção política, digna de uma classe organizada e estruturada. Diante da situação de descaso do Estado para com o segmento de bibliotecas escolares, e entendendo que competia a ela tomar alguma atitude, se não para resolver a situação, pelo menos para atenuar o problema, procurou um deputado estadual identificado com as questões sociais para propor a tramitação de um projeto de lei com relação às bibliotecas públicas e escolares do Estado de Sergipe.

Assim, por iniciativa da Associação era proposta a criação de uma legislação que: 1) criasse bibliotecas escolares nas escolas estaduais; 2) contratasse bibliotecários para as bibliotecas escolares; 3) determinasse a obrigatoriedade de bibliotecários nos cargos de chefia e direção de bibliotecas estaduais; e 4) criasse o depósito legal estadual.

No dia 21 de março do ano de 1988, o presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários de Sergipe compareceu ao Plenário da Assembléia Legislativa para, numa sessão especial, colocar para os deputados a questão das bibliotecas públicas e escolares

no Estado de Sergipe. No dia 28 de março do ano de 1990, da Sala da Comissão de Educação e Cultura, saiu a redação final do Projeto de Lei n. 26/89, que dias depois viria a ser aprovado transformando-se em Lei Estadual.

Surgiu assim, da intervenção política de uma Entidade da Biblioteconomia, enquanto organização de classe, a Lei Estadual n. 2.824, de 18 de julho de 1990, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção e manutenção de bibliotecas e a admissão de bibliotecários em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual, institui o Depósito Legal em favor da Biblioteca Estadual e dá outras providências.”

A Lei n. 2.824, aprovada por unanimidade dos deputados e sancionada sem vetos pelo governador, tornou de natureza obrigatória a implantação e funcionamento de bibliotecas em todos os estabelecimentos de ensino de 1º. e 2º. graus, administrados pela Secretaria de Estado da Educação. Assim como tornou obrigatória a administração dessas por profissionais de biblioteconomia, observando-se as disposições da Lei Federal n. 4.084, de 30 de Junho de 1962, atualizada pela Lei Federal n. 7.504, de 02 de Julho de 1986.

Embora aprovada e sancionada no ano de 1990, a Lei acima citada nunca foi cumprida. Mesmo tendo consciência de que ao Legislativo compete criar as leis mas não executá-las, no ano de 1994 uma comissão representando os bibliotecários de Sergipe foi à Assembléia Legislativa solicitar àquela Casa apoio para a vigência da Lei. Argumentou o representante da comissão, que se dirigiu em plenário aos deputados, que de nada valeriam as leis criadas naquela Casa se o Executivo não as colocava em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a Lei criada em Sergipe que favorece bibliotecas e bibliotecários não está sendo cumprida, em parte é culpa da própria categoria. O caso de Sergipe é um exemplo do reflexo de uma categoria desmotivada e desmobilizada. Se por um lado houve a iniciativa da Associação, que demonstrou organização e maturidade para interferir politicamente na sociedade, por outro lado não houve mobilidade da categoria para cobrar do Executivo a prática da Lei.

Como registro, vale notificar que na sessão plenária da Assembléia Legislativa em que o Presidente da Associação expôs para os deputados a necessidade da legislação e os benefícios que seriam trazidos para a sociedade, não compareceu nenhum, um sequer

bibliotecário ou estudante de biblioteconomia, embora tivesse havido divulgação do ato. No segundo momento, quando da cobrança à Assembléia do cumprimento da Lei, houve um número razoável de estudantes e bibliotecários na galeria da Câmara, entretanto, essa presença não se converteu em atuação posterior. É como se a categoria esperasse o milagre da consecução ou a solução através da militância de um só indivíduo.

A mobilização da categoria para fortalecê-la e adequá-la aos novos tempos passa pela tomada de consciência. No entanto, parece clara a falta de interesse por parte de bibliotecários e alunos de biblioteconomia sobre o valor de um movimento associativo, bem como parece clara a necessidade de sensibilizar a categoria bibliotecária para contribuir efetivamente com o seu órgão de classe.

A biblioteconomia não encontrará a sua maioria político-social isolada enquanto profissão técnica, mas buscando integração na sociedade da informação, uma realidade nessa virada de século. Quando da criação da SAIBA, o grupo de Associações e Sindicatos da biblioteconomia a ela vinculados previu que a implantação da Entidade seria por etapas, resguardando-se inicialmente um tempo (período previsto de três anos) para que fossem reestruturadas as Associações de Bibliotecários e estruturados os Sindicatos. Vencida essa primeira etapa a SAIBA seria aberta para quaisquer profissionais do mundo da informação. Com isso, presumia-se que a biblioteconomia ampliaria a sua visão de mundo, permeando-se com outras organizações de classe e partindo para uma estrutura que permitisse interferir politicamente em prol da sociedade.

A criação da SAIBA é a maior prova do salto de qualidade do movimento associativo bibliotecário ao querer trabalhar lado a lado com todos os outros parceiros da informação numa mesma Entidade. O que as Associações de Bibliotecários discutiram naquele ano de 1990 foi um fator que se concretizaria cinco anos depois: a globalização. Globalização essa que, uma vez a biblioteconomia inserida, permitir-lhe-á uma maioria associativa/sindical possibilitando a construção de políticas e ações que intervenham politicamente na sociedade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - CARTA aos Bibliotecários. Brasília, 1990.
- 2 - ESTATUTO da Sociedade Brasileira de Agentes de Informação.
- 3 - LIMA, Justino Alves. Agora só falta a prática. *Jornal da Manhã*, Aracajú, 12. set. 1990.
- 4 - _____. Movimento associativo: uma questão prioritária. *Informativo ABDF*, Brasília, v.2, n.9, jan./fev. 1990.
- 5 - _____. Movimento bibliotecário brasileiro: o momento da reflexão. *ARB Notícias*, Porto Alegre, v.14, n.1, p.9-10, jan./mar. 1990.
- 6 - SERGIPE. Lei n. 2.824, de 18 de julho de 1990. Dispõe sobre a obrigatoriedade da construção e manutenção de bibliotecas e a admissão de bibliotecários em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual, institui o depósito legal em favor da Biblioteca Estadual e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado de Sergipe]*, Aracajú, n. 21.129, p.3, 20 jul. 1990.